



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Trabalhos para Discussão

246

**Impacto do Sistema Cooperativo de Crédito na
Eficiência do Sistema Financeiro Nacional**

Michel Alexandre da Silva

Agosto, 2011

ISSN 1519-1028
CGC 00.038.166/0001-05

Trabalhos para Discussão	Brasília	nº 246	agosto	2011	p. 1-29
--------------------------	----------	--------	--------	------	---------

Trabalhos para Discussão

Editado pelo Departamento de Estudos e Pesquisas (Depep) – *E-mail*: workingpaper@bcb.gov.br

Editor: Benjamin Miranda Tabak – *E-mail*: benjamin.tabak@bcb.gov.br

Assistente Editorial: Jane Sofia Moita – *E-mail*: jane.sofia@bcb.gov.br

Chefe do Depep: Adriana Soares Sales – *E-mail*: adriana.sales@bcb.gov.br

Todos os Trabalhos para Discussão do Banco Central do Brasil são avaliados em processo de *double blind referee*.

Reprodução permitida somente se a fonte for citada como: Trabalhos para Discussão nº 246.

Autorizado por Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Diretor de Política Econômica.

Controle Geral de Publicações

Banco Central do Brasil

Secre/Surel/Cogiv

SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 1º andar

Caixa Postal 8.670

70074-900 Brasília – DF

Telefones: (61) 3414-3710 e 3414-3565

Fax: (61) 3414-3626

E-mail: editor@bcb.gov.br

As opiniões expressas neste trabalho são exclusivamente do(s) autor(es) e não refletem, necessariamente, a visão do Banco Central do Brasil.

Ainda que este artigo represente trabalho preliminar, citação da fonte é requerida mesmo quando reproduzido parcialmente.

The views expressed in this work are those of the authors and do not necessarily reflect those of the Banco Central or its members.

Although these Working Papers often represent preliminary work, citation of source is required when used or reproduced.

Central de Atendimento ao Público

Banco Central do Brasil

Secre/Surel/Diate

SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 2º subsolo

70074-900 Brasília – DF

DDG: 0800 9792345

Fax: (61) 3414-2553

Internet: <<http://www.bcb.gov.br>>

Impacto do Sistema Cooperativo de Crédito na Eficiência do Sistema Financeiro Nacional*

Michel Alexandre da Silva**

Este Trabalho para Discussão não deve ser citado como representando as opiniões do Banco Central do Brasil. As opiniões expressas neste trabalho são exclusivamente do(s) autor(es) e não refletem, necessariamente, a visão do Banco Central do Brasil.

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar o impacto do Sistema Cooperativo de Crédito (SCC) brasileiro na eficiência macroeconômica do Sistema Financeiro Nacional (SFN), entendida aqui como a capacidade em oferecer serviços financeiros a custo acessível e de modo uniforme a toda a população. Dois aspectos foram avaliados: participação do SCC na oferta de crédito e capilaridade do SCC. O artigo conclui que o SCC colabora com a eficiência do SFN em alguns aspectos (p. ex., com uma maior participação em modalidades de crédito voltadas a estratos mais desassistidos da população), mas não em outros (p. ex., maior ausência nas regiões menos desenvolvidas).

Palavras-chave: Sistema Cooperativo de Crédito; eficiência macroeconômica do Sistema Financeiro Nacional.

Classificação JEL: G21, O16.

* O autor é grato aos colegas do Departamento de Supervisão de Cooperativas e de Instituições Não Bancárias (Desuc), especialmente a Flávio de Melo Pereira, por comentários e sugestões. Erros remanescentes são de minha inteira responsabilidade.

** Desuc, Banco Central do Brasil. E-mail: michel.alexandre@bcb.gov.br.

1. Introdução

Há um debate na literatura econômica a respeito da relação que existe de fato entre variáveis reais e financeiras. Enquanto algumas correntes defendem que variáveis financeiras influenciam variáveis reais e outras postulam que a causalidade se dá no sentido inverso, outras advogam que a moeda é neutra¹. De qualquer modo, há o ensejo de que o sistema financeiro funcione como um propulsor do desenvolvimento econômico. Sinal disso é o artigo 192 da Constituição Federal, conforme o qual o Sistema Financeiro Nacional (SFN) deve ser “estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade”.

Essa ideia corresponde ao conceito de *eficiência macroeconômica* do sistema financeiro. Do ponto de vista macroeconômico, um sistema financeiro eficiente é aquele que contribui para o desenvolvimento econômico oferecendo produtos e serviços financeiros, especialmente crédito, a um preço acessível e de modo uniforme a toda a população (Carvalho & Abramovay, 2004). O estudo da eficiência macroeconômica do sistema financeiro perpassa, portanto, por questões que remetem desde à chamada *geografia do dinheiro* (Martin, 1999) – acesso financeiro uniforme do ponto de vista regional – até à inclusão financeira – acesso financeiro uniforme do ponto de vista social.

Vários estudos, principalmente no ramo da economia regional voltado à geografia financeira, debruçaram-se sobre essa questão com foco no sistema financeiro brasileiro². No entanto, a maioria desses estudos restringe-se ao sistema bancário, havendo uma escassez de estudos que abordem o cooperativismo de crédito dentro dessa perspectiva. Algumas exceções são os trabalhos de Soares & Melo Sobrinho (2008), Ziger (2009) e Freitas et al (2009).

O objetivo deste estudo é preencher parcialmente essa lacuna, analisando o impacto do Sistema Cooperativo de Crédito brasileiro (SCC) na eficiência macroeconômica do SFN. A primeira vista, há motivos que justificam a restrição de estudos do gênero ao sistema bancário. O SCC possui uma posição ainda minoritária dentro do SFN. Por exemplo, em junho de 2010, ele respondia por pouco mais de 2% do total do crédito do SFN. No entanto, uma segunda análise sugere que o SCC talvez possua uma relevância que vá além de sua dimensão relativamente pequena e que

¹ A esse respeito, ver, por exemplo, Tsuru (2000).

² Jayme Jr. & Crocco (2006) é uma valiosa coletânea de trabalhos sobre o tema.

mereça, portanto, um estudo mais detalhado. Primeiro, o SCC possui um papel fundamental no que tange o desenvolvimento local. Isso se dá porque ele assume os riscos de suas aplicações em prol da comunidade em que se localizam, promovendo o desenvolvimento local sustentável através da formação de poupança e do microcrédito direcionado a iniciativas empresariais locais (Soares & Melo Sobrinho, 2008).

Segundo, o SCC oferta serviços financeiros a um custo mais baixo em termos de taxas e tarifas. Dados do Banco Central mostram que as tarifas cobradas pelas cooperativas são, em geral, inferiores às do sistema bancário. A tarifa média do pacote padronizado para pessoas físicas era, nas cooperativas, 75% inferior à dos bancos privados e 12% inferior à dos bancos públicos³. Levantamento realizado pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) em junho/2006 comparou as taxas de juros praticadas em cheque especial, cartão de crédito e crédito pessoal por cooperativas de crédito e bancos convencionais, constatando que as primeiras praticavam taxas inferiores (Freitas et al, 2009).

Por fim, há um provável efeito da concorrência promovida pelo SCC sobre as taxas de juros praticadas por instituições bancárias. Estudo realizado pelo PA Consulting Group (2003) mostra que, em países onde a parcela de mercado dos bancos mútuos é maior, menor é a rentabilidade dos bancos comerciais. Uma explicação para isso é que os bancos comerciais, ao concorrerem com os bancos mútuos, são forçados a reduzir suas margens, o que se traduz em uma oferta de crédito a um custo mais baixo. De modo oposto, países que sofreram forte desmutualização (Austrália, África do Sul e Reino Unido) presenciaram um crescimento na rentabilidade dos bancos comerciais (PA Consulting Group, 2003). É razoável supor que esse efeito seja engendrado não só por bancos mútuos, mas também por outras instituições financeiras não-bancárias, como cooperativas de crédito.

Portanto, o desenvolvimento do sistema cooperativista de crédito pode contribuir positivamente para a eficiência macroeconômica do sistema financeiro. Por essa razão, é importante mapear a atuação do segmento cooperativista de crédito, detectando em quais regiões/segmentos sua presença é mais significativa e em quais ela precisaria ser estimulada. Com esse propósito em vista, este trabalho analisará dois pontos cruciais ligados a essa questão: i) participação do SCC na oferta de crédito e ii) capilaridade do

³ Dados de outubro/2010. Informações sobre tarifas bancárias podem ser encontrados em <http://www.bcb.gov.br/?TARIFA>.

SCC. O destaque dado às operações de crédito no tópico (i) justifica-se pelo fato de que essas se constituem no principal serviço financeiro prestado pelo SCC.

Este trabalho é composto por mais quatro partes. Na segunda, será feita uma caracterização geral do SCC. Em seguida, será feito um detalhamento da participação do SCC no que se refere à oferta de crédito, desmembradas conforme modalidade e Unidade da Federação (UF). Na quarta seção, é apresentada a distribuição dos postos de atendimento do SCC e do sistema bancário. Aqui, o propósito é não só comparar a capilaridade das cooperativas de crédito com a das instituições bancárias como também avaliar a complementaridade entre o atendimento cooperativo e o atendimento bancário. Conclusões tomam a quinta e última seção.

2. Caracterização geral do SCC

Cooperativas de crédito são instituições financeiras constituídas sob a forma de sociedade cooperativa, que tem por objetivo a prestação de serviços financeiros aos associados, tais como concessão de crédito, cheques, prestação de serviços de cobrança, dentre outros (Pinheiro, 2008). Algumas operações, tais como captação de depósitos e concessão de crédito, são restritas aos cooperados. As cooperativas podem ser divididas em quatro tipos: crédito mútuo (exige algum vínculo associativo entre os cooperados), crédito rural, livre admissão (não exige vínculo entre os associados) e *Luzzatti* (modelo semelhante ao anterior)⁴.

As cooperativas de crédito podem ser classificadas como de 1º, 2º ou 3º grau. As de 1º grau, ou singulares, são aquelas destinadas a prestar serviços diretamente aos associados. As cooperativas de 2º grau são constituídas por cooperativas singulares e podem ser cooperativas centrais (voltadas a atividades operacionais e à supervisão complementar das filiadas) ou federações de cooperativas (voltadas à representação política de suas associadas, ao fomento do cooperativismo, à educação cooperativista e à assistência técnica). Finalmente, as de 3º grau são as confederações de cooperativas, “constituídas por centrais e federações de cooperativas e que têm por objetivo orientar e coordenar as atividades das filiadas, nos casos em que o vulto dos empreendimentos transcender o âmbito de capacidade ou conveniência de atuação das centrais ou federações” (Pinheiro, 2008: 7).

⁴ Para maiores detalhes, ver Pinheiro (2008).

O SCC está estruturado em quatro sistemas: SICOOB, SICREDI, UNICRED e CONFESOL. Em setembro/2010, tinha a seguinte composição: uma confederação (UNICRED)⁵, 38 cooperativas centrais, 1.342 cooperativas singulares e dois bancos cooperativos (Bancoob, do sistema SICOOB, e Bansicredi, do sistema SICREDI).

Juntos, os quatro sistemas abrangem 71% das cooperativas (Tabela 1) e 90% dos Postos de Atendimento Cooperativo (PAC) (Tabela 2). O SICOOB é o maior sistema e concentra-se na região Sudeste. O CONFESOL e o SICREDI vêm em seguida e localizam-se principalmente no Sul. Chama a atenção a alta capilaridade do SICREDI (quase 8 PAC/cooperativa), bem superior à dos demais sistemas.

Tabela 1: Número de cooperativas, por região e sistema (Setembro/2010)

Região	SICOOB	UNICRED	SICREDI	CONFESOL	Nenhum
N	36	6	6	0	33
NE	44	32	0	10	59
CO	65	6	24	0	26
SE	372	44	14	6	199
S	61	32	84	136	86
Total	578	120	128	152	403

Fonte: UNICAD.

Tabela 2: Número de PAC, por região e sistema (Setembro/2010)

Região	SICOOB	UNICRED	SICREDI	CONFESOL	Nenhum
N	32	5	3	0	9
NE	44	62	1	1	13
CO	67	27	137	0	8
SE	865	106	28	8	68
S	296	96	851	174	203
Total	1.304	296	1.020	183	301

Fonte: UNICAD.

Quanto à distribuição de acordo com o tipo de cooperativa (Tabela 3), nota-se que as de livre admissão possuem o maior número de PAC, mais da metade localizados no Sul. As cooperativas de crédito rural também se concentram principalmente nessa região. No entanto, as cooperativas de crédito mútuo são as mais numerosas e mais da metade delas está no Sudeste. As cooperativas *Luzzatti* e de livre admissão possuem as

⁵ Os sistemas SICOOB e SICREDI também possuem suas confederações, mas estas não são legalmente reconhecidas pelo BACEN.

maiores relações PAC/cooperativa (8,6 e 7,3, respectivamente). Esse valor é menor dentre as cooperativas de crédito mútuo, pouco superior a um.

Tabela 3: Número de cooperativas e PAC, por região e tipo (Setembro/2010)

Região	CM		CR		LA		LZ	
	Coop.	PAC	Coop.	PAC	Coop.	PAC	Coop.	PAC
N	53	11	22	13	6	25	0	0
NE	78	61	55	38	8	21	4	1
CO	73	67	21	37	27	135	0	0
SE	481	475	66	161	86	439	2	0
S	145	243	163	355	88	946	3	76
Total	830	857	327	604	215	1.566	9	77

Legenda: CM – Crédito Mútuo. CR – Crédito Rural. LA – Livre Admissão. LZ – Luzzatti.

Fonte: UNICAD.

A Tabela 4 mostra a evolução dos ativos, das operações de crédito e do Patrimônio Líquido (PL) entre junho/2009 e junho/2010 do SCC e de outros segmentos do SFN. O total de ativos do SFN era, em junho de 2010, pouco superior a R\$ 4 trilhões, dos quais 34% (R\$ 1,4 trilhão) correspondiam a operações de crédito. O PL, na mesma data-base, somava quase R\$ 365 bilhões. Bancos públicos e os bancos privados de grande porte respondem pela maior parte desses valores. A participação do SCC no SFN é pequena, pouco superior a 3% no caso do PL e em torno de 2% nas duas outras rubricas. Os ativos do SCC totalizavam R\$ 72,1 bilhões em junho/10 (R\$ 30,7 – 43% - em operações de crédito) e o PL, R\$ 12,6 bilhões.

Tabela 4: Ativos¹, Op. de crédito e PL do SFN, junho 2009/2010 (em R\$ bilhões)

Grupo	Jun/09	Jun/10	Var.%
SFN			
Ativos	3.354,55	4.010,83	19,56
Op. Créd.	1.049,66	1.367,32	30,26
PL	309,55	364,83	17,86
Públicos²			
Ativos	1.291,87	1.665,10	28,89
Op. Créd.	450,64	632,20	40,29
PL	81,93	95,93	17,08
Privados grande porte³			
Ativos	1.335,14	1.491,59	11,72
Op. Créd.	374,76	457,16	21,99
PL	135,43	165,04	21,86
SCC			
Ativos	55,51	72,13	29,95
Op. Créd.	24,25	30,73	26,70
PL	10,65	12,60	18,29
Demais IFs			
Ativos	672,03	782,01	16,37
Op. Créd.	200,00	247,24	23,62
PL	81,53	91,26	11,93

(1): Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo mais Ativo Permanente.

(2): Treze bancos ou conglomerados de controle público federal ou estadual. Em 2008, incluía a Nossa Caixa, ainda não incorporada ao BB.

(3): Os três maiores conglomerados de controle privado, pelo critério do PR (Santander, Itaú e Bradesco).

Fonte: Analisador do Desig, balanço contábil.

3. Participação do SCC na oferta de crédito

Nesta seção, será feita uma análise da participação do SCC na oferta de crédito. Conforme visto anteriormente, as operações de crédito do SCC totalizam cerca de 2% dos créditos do SFN. No entanto, como será demonstrado aqui, essa participação é bastante variável. Em algumas modalidades, o SCC possui uma presença bem mais significativa, o mesmo ocorrendo em relação a algumas UFs.

Cabe aqui uma observação sobre os dados utilizados. A fonte dos dados é o Sistema de Informações de Crédito do Banco Central (SCR), onde são registradas apenas as operações acima de R\$ 5 mil. No entanto, como essas operações correspondem a grande parcela dos créditos totais, esse fato não compromete as considerações apresentadas nesta seção. Em junho/10, a participação das operações

acima de R\$ 5 mil no total de operações do SCC e do SFN era de, respectivamente, 94% e 88%⁶. Aqui, optou-se por considerar apenas as operações próprias – ou seja, aquelas que a instituição possui a intenção de carregar, ao invés de ceder a outras instituições. Por essas razões, há uma discrepância entre os dados desta seção e da anterior.

As Tabelas 5 e 6 a seguir fazem um detalhamento das operações de crédito conforme a modalidade. Em junho de 2010, o crédito do SFN totalizava R\$ 1,35 trilhão, dos quais 2,4% (R\$ 32,2 bilhões) correspondiam ao SCC. No geral, os créditos do SFN cresceram 17,5% no período, taxa inferior ao do SCC (26,3%). Dentre as modalidades que mais cresceram entre as duas datas-base, destacam-se o financiamento imobiliário – SFH (40,3%) e o crédito consignado (31,1%). As maiores taxas de crescimento observaram-se, em geral, nos bancos públicos (quase 30% no total), o que fez com que estes superassem os maiores conglomerados privados em volume de crédito.

Tabela 5: Crédito do SFN¹, Jun/09, por modalidade (em R\$ bilhões)

	SFN	SCC	Top3 Priv.	Públicos	Demais IFs
Empréstimos	402,97	11,80	183,88	124,40	82,89
Emp. - Chq Esp. e Cta Gar.	59,79	1,55	37,76	10,10	10,38
Emp. - Pessoal Consignado	73,52	1,96	17,27	38,80	15,50
Emp. - Pessoal S/ Consig.	36,11	3,83	15,11	12,38	4,79
Emp. - Cap. Giro +30d	172,56	2,39	78,99	52,36	38,82
Títulos Descontados	25,83	1,78	10,86	11,12	2,06
Financiamentos	305,80	2,52	85,95	149,75	67,58
Fin. Rural	116,14	9,17	20,62	73,04	13,31
Outros	304,00	0,21	155,40	88,60	59,79
Financ. Exp. - ACC	40,18	0,03	18,61	11,02	10,53
Financ. Imob. - SFH	70,18	-	15,13	52,28	2,77
Arrend. - Financeiro	114,60	-	84,09	3,57	26,94
Total	1.154,74	25,48	456,71	446,91	225,63
%	100	2,21	39,55	38,70	19,54

(1): Considera apenas as operações de natureza própria.

Fonte: SCR.

⁶ Considerando-se apenas as operações de natureza própria.

Tabela 6: Crédito do SFN¹, Jun/10, por modalidade (em R\$ bilhões)

	SFN	SCC	Top3 Priv.	Públicos	Demais IFs
Empréstimos	475,84	13,57	198,61	161,22	102,44
Emp. - Chq Esp. e Cta Gar.	62,11	1,83	37,02	10,30	12,96
Emp. - Pessoal Consignado	96,37	2,30	24,70	49,24	20,13
Emp. - Pessoal S/ Consig.	43,70	4,19	17,25	16,82	5,44
Emp. - Cap. Giro +30d	213,81	2,86	90,27	70,58	50,10
Títulos descontados	26,92	1,90	11,54	11,13	2,35
Financiamentos	411,86	3,43	110,23	215,33	82,88
Fin. Rural	126,46	13,05	21,99	77,27	14,15
Outros	315,32	0,23	142,67	115,76	56,66
Financ. Exp. - ACC	27,42	0,03	10,28	7,38	9,73
Financ. Imob. - SFH	98,46	-	20,04	75,34	3,08
Arrend. - Financeiro	96,85	-	70,45	2,79	23,61
Total	1.356,40	32,17	485,04	580,71	258,47
%	100	2,37	35,76	42,81	19,06

(1): Considera apenas as operações de natureza própria.

Fonte: SCR.

Observando-se a composição dos créditos do SFN e do SCC, notam-se diferenças importantes. Em junho/2010, as operações de crédito do SFN eram compostas principalmente por empréstimos (35%) e financiamentos (30%). No SCC, a proporção de empréstimos é maior (42%) e a de financiamentos, menor (10%). Em relação aos empréstimos, destaca-se o empréstimo pessoal sem consignação, que corresponde a 13% das operações de crédito do SCC (contra 3% no caso do SFN). Outro item que se destaca no SCC é o financiamento rural, totalizando 41% dos créditos do segmento; no SFN, essa proporção não chega a 10%.

Portanto, a participação do SCC varia significativamente dentre as diversas modalidades de crédito (Tabela 7). Ainda que no agregado a participação do SCC seja pouco superior a 2%, em algumas modalidades a participação do segmento é bem superior a esse valor, como no caso do adiantamento a depositantes (11,5%) e do empréstimo sem consignação (9,6%). O SCC também se destaca no desconto de cheques, com quase 15% do total do SFN. Outro fato relevante é que, apesar do SCC responder por menos de 1% dos financiamentos do SFN, ele oferta quase 22% do financiamento para microcrédito. Além disso, esse peso é mais significativo quando se excluem alguns segmentos. Por exemplo, em junho de 2010, excluindo-se os bancos públicos e os três maiores conglomerados privados, o SCC respondeu por mais de 43%

do restante do empréstimo sem consignação e por 48% do financiamento rural (considerando-se apenas o custeio, esse valor sobe para 73,5%).

Tabela 7: Participação do SCC na oferta de crédito¹, Jun/09 e Jun/10, por modalidade

Modalidade	Jun/09			Jun/10		
	(a)	(b)	(c)	(a)	(b)	(c)
Empréstimos	2,93	4,24	12,47	2,85	4,31	11,70
Emp. - Chq Especial e Cta Gar.	2,59	3,12	12,99	2,94	3,53	12,36
Emp. - Pessoal Consignado	2,66	5,64	11,22	2,39	4,88	10,26
Emp. - Pessoal S/ Consignação	10,61	16,14	44,45	9,59	15,59	43,50
Emp. - Cap. Giro +30d	1,39	1,99	5,81	1,34	2,00	5,40
Títulos Descontados	6,88	12,09	46,26	7,06	12,04	44,74
Tit. Desc. - Cheques	12,84	22,54	75,33	14,86	24,79	74,01
Financiamentos	0,82	1,62	3,60	0,83	1,74	3,97
Financ - Microcrédito	15,56	24,36	40,85	21,89	41,55	45,54
Fin. Rural	7,89	21,27	40,78	10,32	26,53	47,97
Fin. Rural - Custeio	15,72	40,01	69,60	19,96	44,43	73,54
Outros	0,07	0,10	0,35	0,07	0,11	0,40
Adiant. a Depositantes	11,56	12,16	39,13	11,54	12,89	50,66
Total	2,21	3,60	10,15	2,37	4,15	11,07

(1): Considera apenas as operações de natureza própria.

(a): Participação no SFN total.

(b): Participação excluindo-se os bancos públicos.

(c): Participação excluindo-se os bancos públicos e os 3 maiores privados.

Fonte: SCR.

No tocante à distribuição geográfica (Tabelas 8 e 9), a oferta de crédito do SFN é bastante concentrada nas UFs mais desenvolvidas. Quase 60% do crédito do SFN em junho de 2010 estava concentrado na Região Sudeste, sendo 34% só no Estado de São Paulo. Essa concentração é mais pronunciada no caso dos maiores conglomerados privados, que ofertam 43% de suas operações de crédito nessa UF. Por sua vez, os bancos públicos e, principalmente, o SCC, ofertam crédito de modo muito mais disperso geograficamente.

Tabela 8: Crédito do SFN¹, Jun/09, por UF do cliente (em R\$ bilhões)

Região/UF	SFN	SCC	Top3 Priv.	Públicos	Demais IFs
Norte	38,81	0,50	15,77	14,03	8,51
AC	1,82	0,02	0,47	1,07	0,26
AM	10,86	0,04	5,27	2,75	2,80
AP	1,94	0,00	0,94	0,64	0,36
PA	14,11	0,15	5,27	5,54	3,16
RO	5,01	0,26	1,99	1,71	1,05
RR	1,15	0,00	0,45	0,44	0,25
TO	3,92	0,02	1,38	1,88	0,63
Nordeste	117,32	1,14	42,55	48,94	24,69
AL	6,53	0,12	2,19	2,17	2,06
BA	39,00	0,32	13,85	17,50	7,33
CE	17,18	0,17	6,26	6,31	4,44
MA	9,01	0,03	3,29	3,65	2,04
PB	6,74	0,22	2,59	2,83	1,11
PE	22,27	0,16	9,02	8,41	4,68
PI	4,41	0,02	1,19	2,35	0,85
RN	7,42	0,08	2,63	3,38	1,33
SE	4,76	0,04	1,53	2,33	0,86
Centro-Oeste	108,56	2,68	34,57	48,20	23,11
DF	30,83	0,28	8,76	16,92	4,87
GO	34,30	0,63	11,70	13,93	8,03
MS	17,05	0,43	6,57	6,54	3,51
MT	26,38	1,34	7,53	10,82	6,69
Sudeste	673,67	9,49	291,36	244,44	128,38
ES	19,00	0,98	6,22	8,24	3,57
MG	111,15	3,82	39,55	45,52	22,26
RJ	136,82	0,46	49,13	67,32	19,91
SP	406,69	4,23	196,46	123,36	82,64
Sul	216,19	11,66	72,38	91,25	40,91
PR	77,68	3,28	29,29	28,16	16,95
RS	80,23	5,72	22,05	38,65	13,81
SC	58,29	2,66	21,04	24,44	10,14
Exterior	0,19	0,00	0,09	0,05	0,04
Total	1.154,74	25,48	456,71	446,91	225,63

(1): Considera apenas as operações de natureza própria.

Fonte: SCR.

Tabela 9: Crédito do SFN¹, Jun/10, por UF do cliente (em R\$ bilhões)

Região/UF	SFN	SCC	Top3 Priv.	Públicos	Demais IFs
Norte	45,75	0,66	16,50	18,69	9,90
AC	2,59	0,03	0,53	1,71	0,32
AM	12,04	0,05	5,26	3,61	3,11
AP	2,36	0,00	0,97	0,93	0,45
PA	16,79	0,20	5,66	7,25	3,67
RO	5,81	0,33	2,03	2,21	1,24
RR	1,58	0,01	0,54	0,74	0,29
TO	4,60	0,04	1,51	2,23	0,82
Nordeste	152,79	1,41	46,81	75,29	29,28
AL	7,60	0,13	2,31	2,82	2,35
BA	44,02	0,37	14,69	20,66	8,29
CE	21,82	0,19	7,16	9,11	5,36
MA	11,75	0,04	3,78	5,48	2,44
PB	8,25	0,30	2,76	3,71	1,47
PE	37,93	0,21	10,33	21,80	5,60
PI	6,09	0,03	1,27	3,75	1,05
RN	9,11	0,10	2,78	4,61	1,61
SE	6,22	0,05	1,72	3,36	1,10
Centro-Oeste	119,56	4,30	35,02	55,06	25,18
DF	33,35	0,32	8,77	18,82	5,43
GO	38,61	1,13	12,49	16,28	8,71
MS	18,46	0,54	6,15	8,00	3,76
MT	29,15	2,31	7,61	11,96	7,27
Sudeste	793,82	11,71	309,55	325,85	146,71
ES	22,01	1,23	6,26	10,33	4,18
MG	133,56	4,49	45,63	56,49	26,96
RJ	175,27	0,51	47,34	104,49	22,92
SP	462,98	5,47	210,32	154,54	92,65
Sul	244,24	14,09	77,04	105,74	47,36
PR	87,47	3,86	30,73	33,13	19,75
RS	93,20	6,88	24,12	46,30	15,90
SC	63,57	3,35	22,19	26,31	11,71
Exterior	0,24	0,00	0,11	0,08	0,05
Total	1.356,40	32,17	485,04	580,71	258,47

(1): Considera apenas as operações de natureza própria.

Fonte: SCR.

A participação do SCC na oferta de crédito varia significativamente conforme a UF em questão (Tabela 10). Em UFs onde o cooperativismo de crédito é mais bem

estruturado (MT, RO, RS e SC) , a parcela do segmento varia entre 5,3% e 7,9% da oferta de crédito total. No Rio Grande do Sul, por exemplo, o setor cooperativista responde por 30% do crédito que não é ofertado por bancos públicos e pelos três maiores privados.

A Tabela 11 mostra a participação do SCC na oferta de crédito por UF nas modalidades mais gerais e em duas nas quais o SCC se destaca, empréstimo sem consignação e microcrédito. Novamente nota-se uma grande variabilidade, com as maiores taxas sendo observadas na área de atuação do SICREDI (Região Sul, MT e RO). Cabe ressaltar a distribuição geográfica da oferta de microcrédito pelo SCC. Não há oferta de microcrédito pelo segmento em várias UFs, especialmente nas regiões N (todas) e NE. Por outro lado, em algumas UFs a participação do SCC nessa modalidade é muito significativa, ultrapassando 90% no RS e em MT. Portanto, ainda que no agregado a participação do SCC na oferta de microcrédito seja bastante significativa, superior a 20%, ela é extremamente desigual do ponto de vista geográfico.

Tabela 10: Participação do SCC na oferta de crédito¹, Jun/09 e Jun/10, por UF do cliente (em %)

Região/UF	Jun/09			Jun/10		
	(a)	(b)	(c)	(a)	(b)	(c)
Norte	1,29	2,02	5,54	1,44	2,43	6,23
AC	1,29	3,14	8,33	1,18	3,48	8,76
AM	0,37	0,50	1,42	0,41	0,58	1,55
AP	0,16	0,24	0,87	0,15	0,24	0,75
PA	1,06	1,74	4,51	1,21	2,13	5,23
RO	5,12	7,76	19,64	5,63	9,08	20,87
RR	0,37	0,59	1,64	0,38	0,72	2,04
TO	0,58	1,12	3,47	0,87	1,70	4,69
Nordeste	0,98	1,67	4,43	0,92	1,82	4,60
AL	1,77	2,65	5,33	1,65	2,62	5,07
BA	0,82	1,48	4,16	0,84	1,59	4,29
CE	0,98	1,55	3,65	0,87	1,50	3,43
MA	0,30	0,51	1,33	0,38	0,71	1,79
PB	3,19	5,49	16,24	3,65	6,63	16,95
PE	0,72	1,16	3,31	0,54	1,28	3,56
PI	0,43	0,92	2,18	0,42	1,09	2,37
RN	1,10	2,02	5,78	1,13	2,29	6,01
SE	0,81	1,60	4,31	0,72	1,57	3,93
Centro-Oeste	2,47	4,45	10,41	3,60	6,67	14,59
DF	0,92	2,03	5,49	0,96	2,20	5,55
GO	1,84	3,09	7,27	2,92	5,05	11,46
MS	2,52	4,08	10,88	2,93	5,17	12,57
MT	5,09	8,63	16,72	7,93	13,45	24,13
Sudeste	1,41	2,21	6,88	1,47	2,50	7,39
ES	5,14	9,07	21,48	5,61	10,58	22,82
MG	3,44	5,82	14,65	3,36	5,82	14,26
RJ	0,34	0,66	2,25	0,29	0,72	2,18
SP	1,04	1,49	4,87	1,18	1,77	5,58
Sul	5,39	9,33	22,19	5,77	10,17	22,93
PR	4,22	6,62	16,20	4,42	7,11	16,37
RS	7,13	13,76	29,30	7,38	14,67	30,20
SC	4,57	7,87	20,79	5,26	8,98	22,22
Exterior	1,64	2,31	7,37	1,62	2,38	7,85
Total	2,21	3,60	10,15	2,37	4,15	11,07

(1): Considera apenas as operações de natureza própria.

(a): Participação no SFN total.

(b): Participação excluindo-se os bancos públicos.

(c): Participação excluindo-se os bancos públicos e os 3 maiores privados.

Fonte: SCR.

Tabela 11: Participação do SCC na oferta de crédito¹, por UF do cliente – modalidades selecionadas (Junho/2010)

UF	EMP	ESC	TIT	FIN	FIR	MIC
Norte	2,33	7,17	8,20	0,35	3,76	-
AC	2,82	8,70	15,57	0,23	0,13	-
AM	0,74	3,39	0,38	0,21	0,08	-
AP	0,27	0,80	0,01	0,00	-	-
PA	2,57	4,71	0,55	0,13	1,45	-
RO	7,18	26,10	34,56	1,30	11,83	-
RR	0,86	2,85	0,71	0,14	0,40	-
TO	1,58	3,39	2,48	0,58	0,75	-
Nordeste	2,05	7,08	2,06	0,47	0,48	0,23
AL	3,18	14,40	0,99	1,69	0,33	-
BA	1,76	6,49	4,49	0,36	0,83	1,52
CE	1,50	8,49	0,41	0,76	0,00	-
MA	0,95	2,34	2,39	0,08	0,05	-
PB	6,68	16,18	2,94	3,60	-	-
PE	1,75	4,91	1,16	0,12	0,22	0,24
PI	1,11	4,52	0,15	0,06	0,06	-
RN	2,15	5,70	1,01	0,84	0,14	-
SE	1,63	4,81	0,22	0,46	0,01	-
Centro-Oeste	5,81	13,45	11,60	1,06	6,96	70,90
DF	2,24	5,65	2,64	0,10	2,94	-
GO	5,07	10,51	11,84	1,61	3,31	16,82
MS	4,44	17,54	5,48	1,18	4,75	-
MT	14,02	33,19	17,56	1,63	11,95	95,29
Sudeste	1,67	4,94	5,08	0,47	9,94	10,56
ES	6,15	27,95	17,83	2,84	20,56	0,01
MG	3,23	6,76	15,87	1,23	12,43	12,06
RJ	0,69	2,07	0,78	0,08	0,37	-
SP	1,31	4,09	1,97	0,43	8,71	14,46
Sul	7,09	24,69	12,51	2,44	14,27	36,80
PR	5,25	18,41	10,95	1,20	11,78	6,30
RS	7,32	29,74	13,84	3,38	18,12	92,25
SC	9,37	24,19	12,85	2,89	10,45	-
Exterior	2,99	2,10	51,10	1,24	6,31	-
Total	2,85	9,59	7,06	0,83	10,32	21,89

(1): Considera apenas as operações de natureza própria.

Legenda: EMP: empréstimos; ESC: empréstimo sem consignação; TIT: títulos descontados; FIN: financiamentos; FIR: financiamento rural; MIC: microcrédito.

Fonte: SCR.

4. Distribuição dos postos de atendimento de IFs

O segundo aspecto relacionado à eficiência do sistema financeiro a ser analisado neste estudo é a capilaridade do SFN. É desejável que o sistema financeiro esteja presente de modo mais ou menos uniforme pelo território nacional de modo a garantir o acesso financeiro a todas as localidades. Assim, nesta seção será analisada a distribuição geográfica dos postos de atendimento das cooperativas e do sistema bancário.

As Tabelas 12 e 13 trazem a distribuição dos postos de atendimento de IFs por tipo e por UF. Além das cooperativas de crédito, são contemplados os seguintes tipos de postos de atendimento: Agência bancária, Posto de Atendimento Cooperativo (PAC), Posto de Atendimento Bancário (PAB), Posto Avançado de Atendimento (PAA), Posto de Atendimento Bancário Eletrônico (PAE) e Instalação de correspondente bancário (ICB). Enquanto os PACs servem exclusivamente às cooperativas, os demais se referem majoritariamente a instituições bancárias⁸. Os dados são de setembro de 2010.

O tipo de posto de atendimento mais numeroso é a ICB, com quase 164.000 unidades, seguido pelos PAEs e pelas agências bancárias. Os postos de instituições bancárias localizam-se majoritariamente (cerca de 50%) na Região Sudeste, com exceção dos PAAs, concentrados na Região Nordeste (42,3%).

Quase 46% das cooperativas estão no Sudeste, enquanto mais da metade dos PACs estão localizados na Região Sul. O Sul é, portanto, a região com a maior média PAC/cooperativa (4,1). No Norte e no Nordeste, esse valor é inferior a um. Isto é um indicativo de que as cooperativas contribuem para a capilaridade do sistema financeiro, uma vez que os PACs se concentram fora da região que já concentra a maior parte dos postos de atendimento bancário. No entanto, observa-se também que as cooperativas estão sub-representadas nas regiões menos desenvolvidas (N e NE) em um grau mais intenso que o das instituições bancárias. Apenas 1,6% e 3,9% dos PACs estão localizados nas regiões N e NE, respectivamente. Estas taxas são inferiores às de todos os outros tipos de postos de atendimento bancário. Por exemplo, quase 6% dos PABs estão na Região Norte, enquanto quase 11,2% dos mesmos estão no NE.

⁸ Havia doze PAEs que eram usados por cooperativas, sendo 11 em MG e um na PB. Na data-base, 87 cooperativas (sendo 75 do SICREDI) valiam-se de 1.251 ICBs (1.200 do SICREDI).

Tabela 12: Postos de atendimento, por UF, Setembro/10

Região/UF	Agências	PAC	Coop.	PAB	PAA	PAE	ICB*
Norte	796	49	81	376	206	2.182	6.884
AC	41	-	5	11	4	117	300
AM	165	2	8	153	27	590	1.367
AP	37	-	-	26	10	133	365
PA	332	4	33	122	67	666	2.123
RO	101	33	29	18	16	253	1.069
RR	23	-	1	14	8	97	218
TO	97	10	5	32	74	326	1.442
Nordeste	2.821	121	145	762	829	6.237	34.221
AL	138	8	11	43	55	324	1.957
BA	839	49	55	253	144	1.909	8.919
CE	402	13	16	97	74	725	5.272
MA	251	2	5	64	120	706	2.875
PB	194	15	19	45	131	507	2.850
PE	536	23	22	163	56	950	5.445
PI	122	4	3	25	127	362	2.234
RN	169	7	10	34	101	502	3.254
SE	170	-	4	38	21	252	1.415
Centro-Oeste	1.463	239	121	481	161	3.062	12.702
DF	338	15	22	221	-	892	2.207
GO	598	60	48	149	96	1.039	5.107
MS	248	44	14	58	18	531	2.354
MT	279	120	37	53	47	600	3.034
Sudeste	10.845	1.075	635	3.657	424	17.744	73.316
ES	407	91	36	77	-	706	3.221
MG	1.947	598	221	558	318	3.593	17.438
RJ	1.909	54	83	574	1	2.841	10.481
SP	6.582	332	295	2.448	105	10.604	42.176
Sul	3.722	1.620	399	1.412	339	6.196	36.446
PR	1.330	467	134	520	117	2.144	14.056
RS	1.526	644	140	538	183	2.480	13.298
SC	866	509	125	354	39	1.572	9.092
Total	19.647	3.104	1.381	6.688	1.959	35.421	163.569

*: O total de instalações não revela o total de pontos de atendimento, pois um mesmo ICB pode ser conveniado a mais de uma instituição financeira.

Fonte: UNICAD.

Tabela 13: Postos de atendimento, por UF, em % (Setembro/10)

Região/UF	Agências	PAC	Coop.	PAB	PAA	PAE	ICB
Norte	4,1	1,6	5,9	5,6	10,5	6,2	4,2
AC	0,2	-	0,4	0,2	0,2	0,3	0,2
AM	0,8	0,1	0,6	2,3	1,4	1,7	0,8
AP	0,2	-	-	0,4	0,5	0,4	0,2
PA	1,7	0,1	2,4	1,8	3,4	1,9	1,3
RO	0,5	1,1	2,1	0,3	0,8	0,7	0,7
RR	0,1	-	0,1	0,2	0,4	0,3	0,1
TO	0,5	0,3	0,4	0,5	3,8	0,9	0,9
Nordeste	14,4	3,9	10,5	11,4	42,3	17,6	20,9
AL	0,7	0,3	0,8	0,6	2,8	0,9	1,2
BA	4,3	1,6	4,0	3,8	7,4	5,4	5,5
CE	2,0	0,4	1,2	1,5	3,8	2,0	3,2
MA	1,3	0,1	0,4	1,0	6,1	2,0	1,8
PE	1,0	0,5	1,4	0,7	6,7	1,4	1,7
PI	2,7	0,7	1,6	2,4	2,9	2,7	3,3
PB	0,6	0,1	0,2	0,4	6,5	1,0	1,4
RN	0,9	0,2	0,7	0,5	5,2	1,4	2,0
SE	0,9	-	0,3	0,6	1,1	0,7	0,9
Centro-Oeste	7,4	7,7	8,8	7,2	8,2	8,6	7,8
DF	1,7	0,5	1,6	3,3	-	2,5	1,3
GO	3,0	1,9	3,5	2,2	4,9	2,9	3,1
MS	1,3	1,4	1,0	0,9	0,9	1,5	1,4
MT	1,4	3,9	2,7	0,8	2,4	1,7	1,9
Sudeste	55,2	34,6	46,0	54,7	21,6	50,1	44,8
ES	2,1	2,9	2,6	1,2	-	2,0	2,0
MG	9,9	19,3	16,0	8,3	16,2	10,1	10,7
RJ	9,7	1,7	6,0	8,6	0,1	8,0	6,4
SP	33,5	10,7	21,4	36,6	5,4	29,9	25,8
Sul	18,9	52,2	28,9	21,1	17,3	17,5	22,3
PR	6,8	15,0	9,7	7,8	6,0	6,1	8,6
RS	7,8	20,7	10,1	8,0	9,3	7,0	8,1
SC	4,4	16,4	9,1	5,3	2,0	4,4	5,6
Total	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: UNICAD.

A Tabela 14 traz a porcentagem de municípios desprovidos de algum tipo de posto de atendimento por UF. Para todo o Brasil, essa taxa varia de 12%, no caso dos PAEs, e 82%, no caso dos PABs. Tais valores são coerentes com o quantitativo de postos, já que os PAEs são bem mais numerosos. Note-se que, mesmo o número de PACs e cooperativas sendo menor que o número de PABs, a porcentagem de

municípios sem esse tipo de posto é menor (60%). Isto mostra que, enquanto os PABs são mais concentrados espacialmente, as cooperativas são mais bem distribuídas ao longo do território, aderindo melhor ao princípio da capilaridade.

As maiores taxas de exclusão financeira são observadas nas UFs das regiões N e NE. Além disso, nota-se que as instituições bancárias preferem atender essas regiões através de PAAs e PAEs ao invés de agências e PABs. As maiores capilaridades de cooperativas são encontradas nas UFs da Região Sul, apenas 15,5% dos municípios dessa região não possuem ao menos um PAC ou uma cooperativa. A menor capilaridade de cooperativas observa-se no Nordeste: 92% dos municípios desta região não são atendidos por PACs ou cooperativas.

A Tabela 15 ilustra a complementaridade entre o atendimento prestado por cooperativas e por instituições bancárias, mostrando a porcentagem de municípios não atendidos por posto de atendimento bancário, mas que são atendidos por ao menos um PAC ou uma cooperativa. Quase 24% dos municípios brasileiros desprovidos de agências bancárias são atendidos por PACs ou cooperativas, sendo este valor igual a 48% no caso de municípios que não possuem PAAs. A maior complementaridade é observada na Região Sul e as menores, no Norte e no Nordeste. Na Região Sul, ao menos 80% dos municípios que não contam com atendimento bancário dispõem de atendimento cooperativo. Por outro lado, no Nordeste, onde a complementaridade é menor, esta taxa varia entre 1% e 13%, a depender do tipo de posto de atendimento.

Tabela 14: Municípios sem algum tipo de posto de atendimento (Setembro/10)

Região/UF	N. Municípios	% Municípios sem				
		Agência	PAC/Coop.	PAB	PAA	PAE
Norte	450	54,7	87,8	88,4	54,4	14,0
AC	22	40,9	95,5	90,9	81,8	22,7
AM	62	43,5	96,8	85,5	56,5	3,2
AP	16	56,3	100,0	87,5	37,5	-
PA	143	45,5	95,8	80,4	53,1	11,2
RO	52	34,6	36,5	94,2	69,2	7,7
RR	16	68,8	93,8	81,3	50,0	25,0
TO	139	77,0	91,4	96,4	47,5	23,0
Nordeste	1.793	52,4	92,0	93,9	53,9	9,3
AL	102	55,9	94,1	96,1	46,1	4,9
BA	417	35,3	82,5	90,4	65,7	3,6
CE	184	41,3	91,8	91,8	59,8	2,7
MA	217	55,3	98,2	96,3	45,2	6,0
PB	223	70,9	96,0	96,0	41,7	13,9
PE	185	30,3	88,1	89,2	69,7	3,2
PI	224	79,9	98,2	98,7	43,3	22,8
RN	166	72,9	95,8	97,0	39,2	12,0
SE	75	33,3	96,0	92,0	72,0	26,7
Centro-Oeste	486	35,8	59,3	86,2	67,1	8,0
DF	21	9,5	85,7	47,6	100,0	9,5
GO	246	40,7	77,6	89,4	61,0	11,0
MS	78	20,5	53,8	85,9	78,2	-
MT	141	39,7	26,2	86,5	66,7	7,1
Sudeste	1.668	23,9	51,6	73,3	74,9	11,0
ES	78	-	17,9	79,5	100,0	1,3
MG	853	38,7	43,3	89,8	62,7	15,2
RJ	92	-	64,1	54,3	98,9	2,2
SP	645	10,5	64,8	53,5	84,7	7,8
Sul	1.188	29,8	15,5	71,9	72,0	18,8
PR	399	29,6	23,8	72,2	70,7	9,8
RS	496	33,5	11,3	80,2	64,3	31,0
SC	293	23,9	11,3	57,3	86,7	10,2
Total	5.585	37,8	60,5	82,0	65,2	12,1

Fonte: UNICAD.

Tabela 15: Municípios sem algum tipo de posto de atendimento servido por ao menos um PAC ou uma cooperativa (Setembro/10)

Região/UF	% municípios servidos por PACs ou cooperativas			
	s/ agência	s/ PAB	s/ PAA	s/ PAE
Norte	3,7	11,1	19,2	1,6
AC	-	-	5,6	-
AM	-	1,9	5,7	-
AP	-	-	-	NA
PA	-	1,7	7,9	-
RO	27,8	63,3	80,6	25,0
RR	-	-	12,5	-
TO	3,7	7,5	12,1	-
Nordeste	2,0	5,5	12,9	1,2
AL	-	4,1	12,8	-
BA	9,5	14,9	21,5	6,7
CE	1,3	4,7	12,7	-
MA	-	0,5	4,1	-
PB	1,3	1,9	8,6	3,2
PE	-	7,3	17,1	-
PI	-	0,5	4,1	-
RN	1,7	2,5	7,7	-
SE	-	2,9	5,6	-
Centro-Oeste	25,9	37,0	48,2	20,5
DF	-	-	14,3	-
GO	7,0	19,1	32,0	11,1
MS	25,0	40,3	52,5	NA
MT	60,7	70,5	78,7	50,0
Sudeste	35,4	43,3	53,7	29,5
ES	NA	77,4	82,1	100,0
MG	42,4	53,5	65,0	40,0
RJ	NA	22,0	36,3	-
SP	1,5	17,7	41,4	2,0
Sul	80,8	85,0	86,1	79,8
PR	70,3	76,7	78,4	53,8
RS	87,3	88,2	89,7	84,4
SC	82,9	91,7	90,2	90,0
Total	23,7	33,8	47,7	36,1

NA: Referem-se às UFs que não possuem municípios desprovidos do respectivo tipo de instalação.

Fonte: UNICAD.

5. Considerações finais

O presente estudo fez uma análise da importância do SCC para a eficiência do SFN. O objetivo principal foi analisar a participação do SCC na oferta de crédito e a capilaridade do SCC. Apesar de pequeno, o peso do SCC na oferta de crédito varia significativamente conforme a modalidade e a UF. Similarmente, a capilaridade do SCC apresenta forte variação local.

Em alguns aspectos, o SCC colabora com a eficiência macroeconômica do SFN. Uma das evidências a respeito é a composição das operações de crédito do SCC. O setor cooperativista de crédito é mais voltado a operações destinadas a estratos mais desassistidos da população, como o empréstimo sem consignação e o microcrédito. Enquanto apenas 3% do crédito do SFN correspondia, em junho/10, a empréstimos sem consignação, esse valor era de 13% no caso do SCC. O SCC, que participa com cerca de 2% dos créditos do SFN, oferta 10% do empréstimo sem consignação e 22% do microcrédito de todo o sistema financeiro.

Considerando-se que a oferta de crédito no Brasil é bastante concentrada em poucas instituições, esses números do SCC tornam-se ainda mais expressivos. Excluindo-se o crédito ofertado pelos bancos públicos e pelos três maiores conglomerados privados, o segmento cooperativista contribuía com cerca de 11% do crédito restante. Em algumas modalidades, como no caso do desconto de cheques, a participação do SCC é superior a 70%.

O SCC também colabora para a eficiência macroeconômica do SFN ao concentrar-se na Região Sul, ou seja, fora da região que já concentra a maior parte das demais instituições financeiras (Região Sudeste). Assim, o SCC contribui para que o atendimento financeiro seja mais uniforme do ponto de vista geográfico. A Região Sul é, de fato, onde o cooperativismo de crédito é mais pujante. Nela se observam as maiores taxas de participação do SCC na oferta de crédito, de porcentagem de municípios atendidos por cooperativas, de capilaridade das cooperativas e de complementaridade do atendimento cooperativista ao atendimento bancário.

O grande desafio para que o segmento cooperativista de crédito seja mais efetivo em sua contribuição à eficiência do SFN é ampliar sua presença nas regiões Norte e Nordeste. O SCC é menos voltado a essas regiões do que o SFN como um todo. Por exemplo, apenas 2,1% e 4,4% do crédito do SCC é ofertado nas regiões Norte e

Nordeste, respectivamente. Em se tratando do SFN, essas taxas são 3,4% e 11,3%. Similarmente, 1,6% (3,9%) dos PAC estão na Região Norte (Nordeste), enquanto 4,1% das agências bancárias estão no Norte e 14,4%, no Nordeste. Além disso, a fraca presença cooperativista observada nessas regiões é mais significativa quando se considera um importante elemento de inclusão financeira, o microcrédito. Um estudo da OCB (Freitas et al, 2009) fez um levantamento dos determinantes da baixa atuação das cooperativas no segmento de microcrédito nessas regiões, ressaltando aspectos – como falta de estrutura operacional na cooperativa, desconhecimento do mercado e dificuldade para verificar capacidade de pagamento e endividamento – que provavelmente influenciam também outras modalidades de crédito.

Conforme enfatizado na introdução, este é um estudo não exaustivo sobre o impacto do SCC na eficiência macroeconômica do SFN. Um trabalho mais completo exigiria a abordagem de outros aspectos, notadamente uma avaliação dos custos (p.ex., juros cobrados por empréstimos) e da qualidade dos produtos e serviços oferecidos pelo SCC.

Referências

- Carvalho, C. E. & R. Abramovay (2004). “O difícil e custoso acesso ao sistema financeiro”, in Santos, C. A. dos, (ed.), Sistema Financeiro e as Micro e Pequenas Empresas – Diagnósticos e perspectivas. Brasília: SEBRAE, pp. 17-45.
- Freitas, M. L., D. Damian & S. Giusti (2009). “Cooperativas de crédito: inclusão financeira com impactos sociais positivos”, in Feltrim, L. E., E. C. F. Ventura & A. B. Dodl (org.), Perspectivas e Desafios para Inclusão Financeira no Brasil: visão de diferentes atores. Brasília: Banco Central do Brasil, pp. 113-129.
- Jayme Jr., F. G. & M. Crocco (2006). Moeda e Território: Uma Interpretação da Dinâmica Regional Brasileira. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Martin, R. (ed.) (1999). Money and the Space Economy. Chichester: John Wiley.
- PA Consulting Group (2003). Mutually Assured Destruction? London.
- Pinheiro, M. A. H. (2008). Cooperativas de Crédito: História da Evolução Normativa no Brasil. 6ª Edição. Brasília: Banco Central do Brasil.
- Soares, M. M. & A. D. de Melo Sobrinho (2008). Microfinanças: O Papel do Banco Central do Brasil e a Importância do Cooperativismo de Crédito. 2ª Edição. Brasília: Banco Central do Brasil.

Tsuru, K. (2000). “Finance and growth”. OECD Economics Department Working Papers 228.

Ziger, V. (2009). “Cooperativismo de Crédito Solidário: inclusão social e desenvolvimento local”, in Feltrim et al, op. cit., pp. 101-109.

Banco Central do Brasil

Trabalhos para Discussão

*Os Trabalhos para Discussão do Banco Central do Brasil estão disponíveis para download no website
<http://www.bcb.gov.br/?TRABDISCLISTA>*

Working Paper Series

*The Working Paper Series of the Central Bank of Brazil are available for download at
<http://www.bcb.gov.br/?WORKINGPAPERS>*

- | | | |
|------------|--|----------|
| 211 | Pessimistic Foreign Investors and Turmoil in Emerging Markets: the case of Brazil in 2002
<i>Sandro C. Andrade and Emanuel Kohlscheen</i> | Aug/2010 |
| 212 | The Natural Rate of Unemployment in Brazil, Chile, Colombia and Venezuela: some results and challenges
<i>Tito Nícias Teixeira da Silva</i> | Sep/2010 |
| 213 | Estimation of Economic Capital Concerning Operational Risk in a Brazilian banking industry case
<i>Helder Ferreira de Mendonça, Délio José Cordeiro Galvão and Renato Falci Villela Loures</i> | Oct/2010 |
| 214 | Do Inflation-linked Bonds Contain Information about Future Inflation?
<i>José Valentim Machado Vicente and Osmani Teixeira de Carvalho Guillen</i> | Oct/2010 |
| 215 | The Effects of Loan Portfolio Concentration on Brazilian Banks' Return and Risk
<i>Benjamin M. Tabak, Dimas M. Fazio and Daniel O. Cajueiro</i> | Oct/2010 |
| 216 | Cyclical Effects of Bank Capital Buffers with Imperfect Credit Markets: international evidence
<i>A.R. Fonseca, F. González and L. Pereira da Silva</i> | Oct/2010 |
| 217 | Financial Stability and Monetary Policy – The case of Brazil
<i>Benjamin M. Tabak, Marcela T. Laiz and Daniel O. Cajueiro</i> | Oct/2010 |
| 218 | The Role of Interest Rates in the Brazilian Business Cycles
<i>Nelson F. Souza-Sobrinho</i> | Oct/2010 |
| 219 | The Brazilian Interbank Network Structure and Systemic Risk
<i>Edson Bastos e Santos and Rama Cont</i> | Oct/2010 |
| 220 | Eficiência Bancária e Inadimplência: testes de Causalidade
<i>Benjamin M. Tabak, Giovana L. Craveiro e Daniel O. Cajueiro</i> | Out/2010 |
| 221 | Financial Instability and Credit Constraint: evidence from the cost of bank financing
<i>Bruno S. Martins</i> | Nov/2010 |
| 222 | O Comportamento Cíclico do Capital dos Bancos Brasileiros
<i>R. A. Ferreira, A. C. Noronha, B. M. Tabak e D. O. Cajueiro</i> | Nov/2010 |

223	Forecasting the Yield Curve with Linear Factor Models <i>Marco Shinobu Matsumura, Ajax Reynaldo Bello Moreira and José Valentim Machado Vicente</i>	Nov/2010
224	Emerging Floaters: pass-throughs and (some) new commodity currencies <i>Emanuel Kohlscheen</i>	Nov/2010
225	Expectativas Inflacionárias e Inflação Implícita no Mercado Brasileiro <i>Flávio de Freitas Val, Claudio Henrique da Silveira Barbedo e Marcelo Verдини Maia</i>	Nov/2010
226	A Macro Stress Test Model of Credit Risk for the Brazilian Banking Sector <i>Francisco Vazquez, Benjamin M. Tabak and Marcos Souto</i>	Nov/2010
227	Uma Nota sobre Erros de Previsão da Inflação de Curto Prazo <i>Emanuel Kohlscheen</i>	Nov/2010
228	Forecasting Brazilian Inflation Using a Large Data Set <i>Francisco Marcos Rodrigues Figueiredo</i>	Dec/2010
229	Financial Fragility in a General Equilibrium Model: the Brazilian case <i>Benjamin M. Tabak, Daniel O. Cajueiro and Dimas M. Fazio</i>	Dec/2010
230	Is Inflation Persistence Over? <i>Fernando N. de Oliveira and Myrian Petrassi</i>	Dec/2010
231	Capital Requirements and Business Cycles with Credit Market Imperfections <i>P. R. Agénor, K. Alper and L. Pereira da Silva</i>	Jan/2011
232	Modeling Default Probabilities: the case of Brazil <i>Benjamin M. Tabak, Daniel O. Cajueiro and A. Luduvise</i>	Jan/2011
233	Emerging Floaters: pass-throughs and (some) new commodity currencies <i>Emanuel Kohlscheen</i>	Jan/2011
234	Cyclical Effects of Bank Capital Requirements with Imperfect Credit Markets <i>Pierre-Richard Agénor and Luiz A. Pereira da Silva</i>	Jan/2011
235	Revisiting bank pricing policies in Brazil: Evidence from loan and deposit markets <i>Leonardo S. Alencar</i>	Mar/2011
236	Optimal costs of sovereign default <i>Leonardo Pio Perez</i>	Apr/2011
237	Capital Regulation, Monetary Policy and Financial Stability <i>P.R. Agénor, K. Alper, and L. Pereira da Silva</i>	Apr/2011
238	Choques não Antecipados de Política Monetária e a Estrutura a Termo das Taxas de Juros no Brasil <i>Fernando N. de Oliveira e Leonardo Ramos</i>	Abr/2011

- | | | |
|------------|---|-----------|
| 239 | SAMBA: Stochastic Analytical Model with a Bayesian Approach
<i>Marcos R. de Castro, Solange N. Gouvea, André Minella, Rafael C. Santos and Nelson F. Souza-Sobrinho</i> | Apr/2011 |
| 240 | Fiscal Policy in Brazil through the Lens of an Estimated DSGE Model
<i>Fabia A. de Carvalho and Marcos Valli</i> | Apr/2011 |
| 241 | Macro Stress Testing of Credit Risk Focused on the Tails
<i>Ricardo Schechtman and Wagner Piazza Gaglianone</i> | May/2011 |
| 242 | Determinantes do Spread Bancário Ex-Post no Mercado Brasileiro
<i>José Alves Dantas, Otávio Ribeiro de Medeiros e Lúcio Rodrigues Capelletto</i> | Maio/2011 |
| 243 | Economic Activity and Financial Institutional Risk: an empirical analysis for the Brazilian banking industry
<i>Helder Ferreira de Mendonça, Délio José Cordeiro Galvão and Renato Falci Villela Loures</i> | May/2011 |
| 244 | Profit, Cost and Scale Efficiency for Latin American Banks: concentration-performance relationship
<i>Benjamin M. Tabak, Dimas M. Fazio and Daniel O. Cajueiro</i> | May/2011 |
| 245 | Pesquisa Trimestral de Condições de Crédito no Brasil
<i>Clodoaldo Aparecido Annibal e Sérgio Mikio Koyama</i> | Jun/2011 |